



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Gabinete da Ministra

OFÍCIO SEI Nº 118073/2023/MGI

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor
Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados
Edifício Principal, Térreo, Ala A, Sala 27
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 1.892/2023, da Deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP).

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo SEI-MGI nº 18001.101971/2023-26.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 286, datado de 11 de setembro de 2023, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1.892/2023, de autoria da Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP) que requer à Ministra de Estado da Gestão e Inovação informações relacionadas à regulamentação de cargos da carreira de Policial Penal Federal.

A propósito, em resposta à solicitação da referida parlamentar, encaminho a Nota Informativa SEI nº 30867/2023/MGI, elaborada pela Secretaria de Gestão de Pessoas deste Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Anexos:

Nota Informativa SEI nº 30867/2023/MGI (SEI-MGI 37437119).

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente

ESTHER DWECK

Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344059>

2344059



Documento assinado eletronicamente por **Esther Dweck, Ministro(a) de Estado**, em 10/10/2023, às 21:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37818994** e o código CRC **24FF36BC**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, Sala 637 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70040-906 - Brasília/DF
(61) 2020-4622 - e-mail astecmgi@economia.gov.br

Processo nº 18001.101971/2023-26.

SEI nº 37818994



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344059>

2344059



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas
Coordenação-Geral de Arquitetura de Carreiras

Nota Informativa SEI nº 30867/2023/MGI

INTERESSADO(S): Deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

ASSUNTO: Requerimento de Informação - RIC nº 1.892/2023, de 07 de julho de 2023 - requer informações relacionadas à regulamentação de cargos da carreira de Policial Penal Federal.

REFERÊNCIA: Processo nº 03101.101780/2023-69.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do Requerimento de Informação - RIC nº 1.892/2023, de 07 de julho de 2023 (SEI nº 37229666), por meio do qual a Deputada Federal Sâmia Bomfim - Partido PSOL/SP requer informações sobre a regulamentação de cargos da carreira de Policial Penal Federal, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
2. Prestadas as informações requeridas, no âmbito das competências desta Diretoria de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas - Decar, sugere-se o encaminhamento da presente nota à Secretaria de Gestão e Pessoas - SGP para conhecimento e posterior remessa à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR deste Ministério.

INFORMAÇÕES

3. A Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos – ASPAR encaminhou à Secretaria de Gestão e Pessoas - SGP, por meio do Despacho SEI nº 37243311, de 13 de setembro de 2023, o Requerimento de Informação - RIC nº 1.892/2023, de 07 de julho de 2023 (SEI nº 37229666), oriundo da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Federal Sâmia Bomfim - Partido PSOL/SP, solicitando que, a fim de se cumprir o prazo estabelecido, após considerações, sejam os autos restituídos até 25/09/2023, com vistas a atender o prazo final de resposta.
4. Posteriormente, os autos foram encaminhados à Diretoria de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas - Decar, mediante o Despacho SEI nº 37252005, com prazo para resposta até 22 de setembro de 2023.

O Requerimento de Informação da Câmara - RIC nº 1.892/2023 (37229666) trata



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344059>

2344059

da regulamentação de cargos da carreira de Policial Penal Federal e contém solicitação dos seguintes esclarecimentos no âmbito das competências da SGP:

- “1. Qual o atual estágio do processo SEI 08001.001925/2023-74, criado pelo Ministério da Justiça e remetido ao MGI no mês de junho de 2023, que trata da regulamentação dos cargos da Polícia Penal Federal, instituída pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019?*
- 2. Quais os atos administrativos faltantes para que o processo referido no item 1 alcance o seu desiderato?*
- 3. Qual o atual estágio do processo SEI 08016.018768/2020-24, criado pelo Ministério da Justiça, com número, remetido ao MGI no mês de maio de 2022, que trata da criação de cargos para a Polícia Penal Federal?*
- 4. Quais os atos administrativos faltantes para que o processo referido no item 3 alcance o seu desiderato?”*

6. Como justificativa para o requerimento de informação, a Parlamentar alega:

(...)

"O presente requerimento destina-se a atender demanda corrente de associações de servidores públicos no sentido de fornecer transparência e informação relativa aos procedimentos e aos processos administrativos que cuidam da regulamentação do comando constitucional instituído pela EC 104/2019, que até o presente momento encontra-se pendente de normatização, o que gera insegurança jurídica na atuação desses servidores.

No mesmo sentido, a recomposição do quadro de servidores da carreira por meio da criação de novos cargos mostra-se tema urgente, visto que os atuais 1600 policiais penais federais, 85 especialistas em assistência e 30 cargos técnicos em assistência mostram-se insuficientes, conforme informações dos próprios servidores, para a manutenção da boa prestação de serviços públicos à sociedade brasileira.

Ressalta-se que tais categorias não atuam apenas nas unidades prisionais, mas também compõem o quadro de servidores da Secretária Nacional de Políticas Penais, prezando pelo desenvolvimento e continuidade dos processos com servidores de carreira qualificados.

Diante da inexistência de informações sobre o andamento de tais processos até o presente momento e verificando-se que a demora pode causar prejuízos a prestação dos serviços públicos à população, cumpre-nos o acatamento da apresentação do presente Requerimento de Informação."

(...)

7. Em atendimento ao requerido, informa-se que o processo em SEI nº 08001.001925/2023-74, originário do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP refere-se à proposta de criação e regulamentação das Carreiras da Polícia Penal Federal, que foi formalizada no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, em 07 de junho de 2023, sob o processo de nº 18001.100784/2023-25, que encontra-se em análise nesta Decar.

8. No que se refere ao questionamento sobre os "atos faltantes" para prosseguimento da proposta de criação de cargos para a Polícia Penal Federal, como a análise do processo 18001.100784/2023-25 ainda está sendo realizada, ainda não é possível, no momento, emitir uma resposta conclusiva. Cabe esclarecer, porém, que as propostas de criação e/ou reestruturação de cargos e/ou carreiras são avaliadas conforme determina o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estipula medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado e demais normas relativas às respectivas áreas.

9. Sobre o assunto, vale ressaltar que a Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP e a Secretaria de Relações de Trabalho - SRT iniciaram as mesas específicas e temporárias de negociação com a participação do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP e das entidades representativas dos servidores, para tratar de propostas como a de criação e regulamentação de cargos integrantes das carreiras da Polícia Penal Federal.

Quanto ao processo SEI/MJSP nº 08016.018768/2020-24, protocolado no SEI/MGI sob o nº 02375/2022-88, comunicamos que os autos foram restituídos ao MJSP em agosto deste ano, por

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344059>



intermédio do Ofício SEI nº 72161/2023/MGI (SEI nº 35526059).

11. Assim, considerando as informações apresentadas em resposta ao RIC nº 1.892/2023 (SEI nº 37229666), propõe-se o encaminhamento da presente Nota Informativa à Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP para conhecimento e posterior remessa à Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos deste Ministério.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

JULLY ANNE ROMUALDO DE ARAÚJO

Analista Técnico-Administrativo

Documento assinado eletronicamente

DELCIENE APARECIDA OLIVEIRA PEREIRA

Coordenadora-Geral

De acordo. À consideração da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Documento assinado eletronicamente

DOUGLAS ANDRADE DA SILVA

Diretor

Aprovo. Encaminhe-se à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos.

Assinatura eletrônica do Dirigente

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Andrade da Silva, Diretor(a)**, em 22/09/2023, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344059>

2344059



Documento assinado eletronicamente por **Delciene Aparecida Oliveira Pereira, Coordenador(a)-Geral**, em 22/09/2023, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jully Anne Romualdo de Araujo, Analista Técnico-Administrativo**, em 22/09/2023, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Celso Cardoso Junior, Secretário(a)**, em 25/09/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37437119** e o código CRC **E6F8B8E4**.

